faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É elevado a 300\$ o vencimento de categoria dos escrivães de direito das comarcas da provincia de Cabo Verde.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

DECRETO N.º 3:398

Tendo o governador da provincia de Cabo Verde representado sôbre a urgente necessidade da criação dum julgado municipal irregular na Ilha do Maio e da ampliação de atribuições aos juizes municipais, em vista das dificuldades causadas à administração da justiça pela falta de comunicações regulares com aquela ilha, e outras circunstâncias que tornam extremamente moroso o andamento dos processos;

Tendo ouvido o Conselho Colonial e o Conselho de Ministros e usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É criado na Ilha do Maio, da provincia de Cabo Verde, um julgado municipal irregular, nos termos do regimento de justiça da mesma provincia, aprovado por decreto com força de lei, de 23 de Dezembro de 1897.

Art. 2.º Ao juiz municipal e ao subdelegado do referido julgado serão abonadas, pelo cofre da provincia, as gratificações mensais de 10\$ e de 5\$, respectivamente.

Art. 3.º É elevada a 500\$ a competência dos juizes municipais da provincia de Cabo Verde para o julgamento de inventários.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

3.ª Repartição

1.ª Secção

DECRETO N.º 3:399

Tendo-se reconhecido ser dispensável o lugar de engenheiro subalterno do quadro das obras públicas da provincia de Cabo Verde;

E sendo necessário fixar os vencimentos de técnico colonial, engenheiro de minas, mandado prestar serviço na mesma provincia;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros e usando da faculdade concedida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa;

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É eliminado o lugar de engenheiro subalterno do quadro das obras públicas da provincia de Cabo Verde;

Art. 2.º O técnico colonial, engenheiro de minas, que preste serviço na mesma colónia perceberá os vencimentos anuais de 840\$ de categoria e 1.320\$ de exercício.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

2.ª Secção

DECRETO N.º 3:400

Sob proposta do Ministro das Colónias, ouvido o Conselho de Ministros e usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A distribuição dos oficiais e aspirantes dos correios da colónia de Cabo Verde pelas respectivas Repartição Superior e estações continuará a ser a que vigorou no ano económico de 1916-1917, devendo, porém, o primeiro oficial servir em S. Vicente.

§ único. A distribuição dos oficiais e aspirantes e a que é determinada neste decreto para o pessoal auxiliar e eventual poderão ser alteradas pelo governador conforme as necessidades do serviço.

Art. 2.º É extinta a classe dos praticantes dos correios de Cabo Verde, sendo criada em sua substituição a dos ajudantes. O número de ajudantes será de: 3 em S. Vicente; 2 na Praia; 1 em Santa Catarina; 1 na Ilha de Santo Antão; 1 na Ilha de S. Nicolau.

Art. 3.º Haverá um só contínuo nos correios de Cabo Verde, que servirá na sede da Repartição Superior. O número de distribuidores será de: 3 em S. Vicente; 2 na Praia; 1 na ilha do Sal; 1 na Ilha da Boa Vista.

Art. 4.º Na ilha de Santa Antão haverá 2 distribuidores rurais, devendo ser de 116\$ anuais a importância destinada aos salários de cada um deles.

Art. 5.º Os vencimentos anuais dos ajudantes, contínuo e distribuidores serão os seguintes:

	Categoria	Exercício
Ajudantes	180\$00	36\$00
Contínuo	120\$00	36\$00
Distribuidores:		
Em S. Vicente e na Praia	120\$00	96\$00
Nas ilhas do Sal e da Boa Vista	100\$00	50\$00

Art. 6.º Haverá um serventuário distribuidor assalariado em Santa Catarina e um em cada uma das ilhas de Fogo, Brava, Santo Antão e S. Nicolau, devendo a importância destinada a salários de cada um destes cinco funcionários ser de 120\$ em cada uma das ilhas de Fogo, Brava, e S. Nicolau, e de 108\$ em Santa Catarina e na ilha de Santo Antão.

Art. 7.º O número de condutores de malas será de: 4 na Praia; 4 em Santa Catarina; 2 no Fogo; 2 na ilha Brava; 6 na ilha de Santo Antão; 3 na ilha de S. Nicolau. A despesa total com os salários dos condutores de malas em Cabo Verde será a fixada no orçamento de 1916-1917 com o aumento das seguintes importâncias:

Em Santa Catarina	12\$00
Na ilha do Fogo	192\$00
Na ilha de Santo Antão	325\$50
Na ilha de S. Nicolau	360\$00
	<hr/>
	889\$50

§ único. Dentro do limite da despesa total determinada neste artigo será fixada a retribuição de cada condutor conforme as circunstâncias locais e importância do serviço a desempenhar.

Art. 8.º As gratificações especiais aos aspirantes pelo desempenho das funções de chefe de estação serão de: 60\$00 anuais em cada uma das estações de Fogo, Povoação, na ilha Brava, e Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau; e de 36\$00 anuais em cada uma das estações de Santa Catarina, Nossa Senhora do Monte, na ilha Brava e Ponta do Sol, na ilha de Santo Antão.

Art. 9.º As gratificações aos encarregados das estações rurais de Cabo Verde, estranhos ao quadro postal,

são as fixadas no orçamento do ano económico de 1916-1917 e mais as seguintes:

A um encarregado da estação de Baboso, na ilha de Santo Antão.	60\$00
A cada um dos encarregados das estações de Praia Branca e Queimadas, na ilha de S. Nicolau	48\$00

Art. 10.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

6.ª Repartição

DECRETO N.º 3:401

Tendo o governo da provincia de Cabo Verde adquirido um barco de vela para auxiliar o serviço dos seus transportes marítimos, pelo que se torna necessário incluir nas respectivas tabelas orçamentais as verbas precisas para o custeio do seu pessoal e material, e atendendo ao que representou o governador da provincia;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

E usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita nas tabelas da despesa da provincia de Cabo Verde, para custeio dum navio de vela, ao serviço da capitania dos portos, a quantia de 1.500\$, sendo para pessoal 1.200\$, e para material, conservação e outras despesas 300\$, importância que será deduzida da verba para despesas com a fiscalização marítima, concertos de lanchas, escaleres e outras despesas das alfândegas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

DECRETO N.º 3:402

Atendendo ao que representou o governador da provincia de Cabo Verde, mostrando a necessidade de elevar o número de remadores das embarcações de serviço no Pôrto Grande de S. Vicente e no da Praia, e bem assim de criar dois delegados da capitania dos portos, em Pedra Badejo (S. Tiago) e Mosteiros (Fogo), bem como o lugar de sota-patrão dos vapores de visita do pôrto de S. Vicente; e, ponderando igualmente que, tendo sido extinto o lugar de delegado marítimo do pôrto da Praia, o qual por lei era encarregado gratuitamente das funções de observador do pôrto meteorológico da mesma cidade, se torna preciso remunerar o indivíduo que exercer essas funções;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É elevado a dezasseis o número de remadores do Pôrto Grande de S. Vicente, e a seis o número de remadores da patronia-mor do pôrto da Praia.

Art. 2.º São fixados em 90\$ anuais os vencimentos dos remadores do pôrto da Praia.

Art. 3.º É elevado de dois o número de delegados da capitania dos portos secundários, a fim de servirem em Pedra Badejo (S. Tiago) e Mosteiros (Fogo).

Art. 4.º É criado o lugar de sota-patrão para os va-

pores de visita no Pôrto Grande de S. Vicente, com o vencimento anual de 240\$.

Art. 5.º É fixada a gratificação do indivíduo que exercer as funções de observador do pôrto meteorológico da cidade da Praia em 200\$ anuais.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Ernesto Jardim de Vilhena.*

DECRETO N.º 3:403

Tendo-se reconhecido a conveniência de generalizar a todas as provincias ultramarinas as disposições do decreto de 4 de Janeiro de 1906, que confirmou e pôs em vigor na provincia de Moçambique as disposições contidas nas portarias de 16 de Agosto de 1902 e 31 de Dezembro de 1903, que autorizaram o secretário geral do Governo da mesma provincia a reconhecer as assinaturas dos cônsules e agentes consulares portugueses na África do Sul, Zanzibar e Índia Inglesa, em documentos destinados a produzir efeito na aludida provincia;

Ouvido o Conselho de Ministros; e

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os reconhecimentos das assinaturas dos cônsules e agentes consulares portugueses poderão ser feitos pelos secretários dos Governos das provincias ultramarinas em documento que tenham de produzir efeito nas respectivas provincias.

§ único. Para os fins deste artigo, os aludidos funcionários consulares, remeterão aos governadores das colónias, as respectivas assinaturas, rubricas e sinais públicos que usem nos documentos officiais.

Art. 2.º São igualmente autorizados os secretários dos Governo Gerais ou de provincia, do ultramar, a reconhecer as assinaturas de todos os documentos legalmente expedidos pelos tribunais e repartições públicas das respectivas provincias, sempre que lhes seja solicitado.

Art. 3.º Os Governos das provincias ultramarinas fixarão o emolumento a cobrar pelos reconhecimentos feitos pelos mencionados funcionários.

§ 1.º Emquanto esse emolumento não for fixado, será de \$80 a importância de cada reconhecimento.

§ 2.º Nas provincias onde esse emolumento estiver já fixado, subsistirá enquanto não for alterado por portaria dos respectivos governadores.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o das Colónias assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 28 de Setembro de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Augusto Luis Vieira Soares—Ernesto Jardim de Vilhena.*

7.ª Repartição

DECRETO N.º 3:404

Atendendo ao que representou o governador da provincia de Cabo Verde sobre a necessidade de ser autorizada uma nova emissão de cédulas para circulação na mesma provincia, onde a falta da moeda de prata e cobre cada vez mais se faz sentir;

Tendo ouvido o Conselho de Ministros e usando da autorização conferida ao Governo pela lei n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e decreto n.º 2:511, de 15 de Julho de 1916:

Hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Banco Nacional Ultramarino